

Mulher e trabalho

Nesta edição, destacamos a luta das mulheres trabalhadoras domésticas na conquista da igualdade. Expressão da resistência das mulheres, as trabalhadoras domésticas vêm construindo sua organização no Brasil desde os anos 60. Foram expressivas nas lutas recentes da Constituinte de 88 e são presença marcante e enriquecedora de muitos dos fóruns estaduais dos movimentos de mulheres brasileiros.

Para o feminismo, o trabalho doméstico, lugar de confinamento das mulheres na divisão sexual do trabalho, é expressão das estruturas de poder que produzem e reproduzem as desigualdades sociais.

É parte da luta feminista a busca da visibilidade do valor social e econômico do trabalho doméstico, a superação da divisão sexual do trabalho e a regulamentação dos direitos trabalhistas a esta categoria de profissionais. O estreitamento da aliança com a categoria de trabalhadoras domésticas é imperativo nesta luta. A elas o manifesto de nossa admiração e respeito neste 1º de maio.

Em **Pernambuco**, o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da área metropolitana do Recife lançou, em comemoração ao 27 de abril, dia da trabalhadora doméstica, o jornal Domésticas em Movimento. O lançamento aconteceu ontem, dentro do Terças Negras, evento cultural promovido por organizações do movimento negro e pela prefeitura local toda terça-feira, em Recife.

Outra atividade do movimento de mulheres no dia de ontem (27) foi a participação na homenagem da Câmara Municipal do Recife ao Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pernambuco.

27 de abril – Trabalhadoras domésticas lutam por igualdade de direitos

A presidente da Federação das Trabalhadoras Domésticas, Creuza Oliveira e mais representantes dos sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas e Pernambuco apresentaram ontem (27), em audiência com o ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, um documento contendo as principais proposições da categoria, por ocasião do 27 de abril, dia da Trabalhadora Doméstica.

Da pauta, a principal reivindicação apresentada ao ministro foi a igualdade de direitos para as trabalhadoras domésticas, para que passem a ter o que já é reconhecido para as/os demais trabalhadoras/es.

A efetivação dessa proposta implica na alteração do texto da Constituição atual, que exclui as trabalhadoras domésticas do direito ao seguro desemprego, do acesso permanente ao FGTS (hoje optativo para as/os empregadoras/es) e ainda de uma carga horária definida por lei, com horas extras regulamentadas e direito à assistência em casos de acidente do trabalho.

As trabalhadoras domésticas também abordaram na audiência o problema da exploração do trabalho infantil doméstico e ainda denunciaram as várias formas de violação dos direitos humanos que sofrem através do racismo, do assédio sexual e do assédio moral. Segundo Creuza, a discriminação sofrida pelas trabalhadoras domésticas acontece mesmo nas casas onde existem trabalhadoras/es que estão inseridas/os em movimentos sociais, lutando por direitos e por democracia.

Mesmo diante de tantos desafios e contradições, a categoria das domésticas segue crescendo, representando hoje cerca de 6 milhões de trabalhadoras (dados do IBGE). Para Creuza, isso é em parte decorrente do desemprego que atinge as mulheres trabalhadoras de pequenas indústrias e do comércio. Com a ausência de fiscalização, o serviço doméstico tornar-se uma das alternativas de trabalho, ainda que conte com tão poucos direitos reconhecidos. Estima-se que exista apenas 1 milhão de trabalhadoras com carteira assinada.

O Fórum de Mulheres do **Paraná** apoiou a realização de ato de comemoração pelo dia da Trabalhadora Doméstica, no Paraná, no último sábado (24). No ato, foram divulgadas várias informações sobre direitos trabalhistas e distribuídos materiais do movimento de mulheres numa das várias barracas montadas pela organização do evento no centro de Curitiba.

As mulheres receberam informações sobre direitos trabalhistas e várias trabalhadoras domésticas puderam formalizar o trabalho com a assinatura da carteira pela pessoa que a emprega, graças à presença de agentes do Ministério no ato. Além do Fórum de Mulheres, apoiaram o evento: o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas, a AMB e a UBM.

Mulher e Trabalho

Buscando aprofundar a análise sobre o trabalho produtivo e reprodutivo e a construção da cidadania, o Instituto SOS Corpo e a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT (SNMT-CUT) promovem de 27 a 30 de abril, em Recife, o primeiro módulo do Curso Gênero e Trabalho.

Com esta atividade, as duas instituições também pretendem contribuir para o fortalecimento da organização política das mulheres a partir da qualificação de sua intervenção no âmbito das questões do trabalho.

CONtextos

Continuando o debate sobre políticas econômicas e sociais, anexamos a esta edição o boletim "Auditoria Cidadã da Dívida", editado pela Campanha Jubileu Sul. O material traz diversos dados sobre a dívida interna e externa brasileira. Os números demonstram para onde estão indo boa parte dos recursos que poderiam ser canalizados para investimentos em políticas públicas.

Ainda sobre o assunto, um texto de Maria Betânia Ávila sobre "O Tempo e o trabalho das Mulheres", que apresenta uma reflexão sociológica sobre as mulheres e a organização do tempo social a partir do contexto de reestruturação produtiva, tendo a categoria de gênero com referência.

Sendo as mulheres a maior parte do contingente de desempregadas/os, debater estes dados quando se aproxima o 1º de maio nos parece bastante oportuno.

Articulando a luta feminista nas políticas públicas

Dentro do processo de preparação à I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, o **Acre** foi um dos poucos estados em que ocorreram plenárias em todos os municípios. A participação do movimento de mulheres foi ampla e o processo da conferência tem sido, na visão de França Leite, da Articulação de Mulheres do Acre, um mecanismo de ampliação da democracia participativa em relação às questões das mulheres.

No **Amazonas**, destaca-se do processo municipal e regional as várias proposições que focam políticas considerando raça e etnia, indicando forte valorização da questão indígena. Além disso, estão também presentes questões ligadas ao trabalho; à geração de renda e ao enfrentamento da violência contra a mulher.

No **Pará**, o processo sofre idas e vindas, com prejuízo para a participação. Depois de um longo período de reuniões entre o governo do Estado e o movimento de mulheres, o governo lançou decreto estabelecendo o processo. Porém, muito depois da data definida com o movimento, o que atrasou e comprometeu a realização das plenárias municipais e regionais.

Na avaliação de Graça Costa, do Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, a realização dessas plenárias teria permitido a ida da comissão organizadora estadual – da qual participam militantes do Fórum – para os municípios. Isso ampliaria os debates sobre políticas para mulheres no Pará e aperfeiçoaria propostas para serem discutidas na conferência estadual.

De qualquer modo, o Fórum de Mulheres agora dirige a sua ação no sentido de que a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) reconheça as plenárias municipais realizadas antes da publicação do decreto estadual. Além disso, enfrenta a batalha política que o governo iniciou com a indicação dos critérios de delegadas/os para a conferência estadual.

Entre os problemas detectados pelo Fórum está a regra de que estejam presentes delegadas de todos os 143 municípios do Estado, mesmo sem ter ocorrido plenárias, que com certeza ajudariam na mobilização de delegadas. O governo também esquece da necessidade de proporcionalidade entre o número de vagas por município e o tamanho da população. Até o momento, a capital Belém – com mais de 1 milhão de habitantes – terá direito ao mesmo número de delegadas de municípios de população com 400 mil habitantes.

Estaria o governo estadual tentando conter a participação de delegadas onde o movimento de mulheres tem mais força?